

UNIÃO PARANAENSE DE CEGOS - CAMINHOS E DESCAMINHOS

No dia 26 de setembro de 2025, durante o Encontro Estadual das Organizações de ou para Pessoas com Deficiência Visual, promovido pelo Instituto Paranaense de Cegos - IPC, devemos discutir/avaliar a necessidade da criação/definição de uma organização representativa das pessoas cegas ou com baixa visão no Estado do Paraná.

Diante desta pauta, fui revirar meus arquivos e encontrei alguns escritos que havia produzido, abordando aspectos relacionados com as discussões sobre as mobilizações que resultaram, em 1999, na fundação da União Paranaense de Cegos - UPC.

São três documentos que compartilho com o propósito de fornecer subsídios para as discussões e como conhecimento histórico sobre as pautas e as tentativas de criar e consolidar uma organização representativa das pessoas com deficiência Visual.

A União Paranaense de Cegos - UPC está paralisada/inativa há muitos anos. Agora, por ocasião desta retomada das discussões, pedi ao contador do Instituto Paranaense de Cegos - IPC para providenciar a regularização junto a Receita Federal e recuperar em cartório o seu estatuto.

Reativar ao UPC ou transformá-la numa outra organização, com seu estatuto reformado, é uma opção que temos, se assim for o resultado das discussões do dia 26. Esses textos foram produzidos para o consumo interno. No máximo, eles tiveram uma divulgação entre limitantes. Portanto, não são textos acadêmicos e divulgo agora com o mesmo objetivo. Juntei os três no mesmo arquivo, organizei uma nova formatação e foi feita uma revisão apenas com a intenção de capturar e corrigir os erros mais claros.

Para aquelas pessoas que estão iniciando nas discussões ou que não conhecem a história do surgimento da UPC, são informações úteis e necessárias, do ponto de vista da formação política dos militantes.

O presente texto está organizado em três partes. Cada uma delas, representa um dos três escritos que eu havia produzido com a intenção de subsidiar as discussões internas.

Setembro de 2025.

Enio Rodrigues da Rosa.

PARTE 1

Inicialmente, apenas como introdução as discussões que pretendo fazer sobre a origem e do relato/análise dos dois primeiros anos de existência da União Paranaense de cegos - UPC, pretende-se observar qual é o quadro no Estado do ponto de vista das Instituições para pessoas com deficiência visual.

A análise centra-se nas instituições para, aqui representadas pelo IPC-Instituto Paranaense de Cegos e nas APADEVIs - Associações de Pais e Amigos dos Deficientes Visuais, porque embora não sejam as únicas desta natureza, são as com maior visibilidade pública. Não se pretende aprofundar nesta análise, apenas assinalar que, tanto a nível internacional, quanto a nível nacional, como a nível de Estado, existe uma distinção bastante clara entre aquelas instituições para e aquelas organizações de pessoas com deficiência visual.

A diferença entre o Instituto Paranaense de Cegos, em relação às APADEVIs, está no fato de que o instituto funciona como um internato, ao passo que as APADEVIs funcionam como uma espécie de entidade guarda-chuva, abrigando sob o seu teto diversos programas. Deste modo, as características básicas do instituto são o internato e a escola onde estudam os cegos. Já a característica das APADEVIs está em manter um conjunto de programas e apoios, permanecendo os cegos, ao lado de seus familiares. Quanto ao Instituto Paranaense, acredita-se estar claro o seu papel, quanto às APADEVIs do Estado do Paraná, ao que parece, há, embora não se tenha encontrado nada registrado, uma tentativa de copiar o modelo "apaeano" (das APAEs). A inspiração, pelo menos ao plágio, está evidente nas três primeiras letras da sigla: APA-E; APA - DEVI. A diferença fica apenas na caracterização da deficiência: visual ou mental (excepcional). Além do que, as APADEVIs, assim como as APAEs, são apenas associações mantenedoras de programas. Uma outra evidência está no fato de não existir uma única APADEVI no Estado, ao contrário, são várias. Tal fato indica que havia, inicialmente, a tentativa de se constituir enquanto um movimento, estilo APAE, na área da deficiência visual. Isso não é de se estranhar, visto que

existem professores na área de deficiência visual - DV, e até mesmo alguns cegos, que defendem a unificação de uma sigla como forma de fortalecer o movimento. Sabe-se por outro lado, que as APAEs são para alguns, um modelo de organização. Todavia, se existia de fato a ideia de um movimento articulado, ele não se concretizou, visto que, não existe nenhuma ação coordenada e articulada entre as APADEVIs existentes no Estado, ao contrário, a de Curitiba, primeira a ser criada no Estado, ainda em 1972, por exemplo, atravessa uma crise.

Quanto à tentativa de copiar o modelo apaeano, julga-se um equívoco, se é que existia de fato esta pretensão. Tal equívoco é constatado, não por se ter algo contra o modelo apaeano, mas por existir apenas um único caráter que aproxima as duas áreas: o preconceito sofrido. Ademais, são deficiências de natureza totalmente diferentes que têm sido, por interesses de alguns segmentos, tratadas de forma igual, o que demonstra um erro de compreensão acerca do assunto. Diante dessas breves considerações, em relação às APADEVIs e por conta da história do Instituto Paranaense de Cegos, esses dois modelos (concepções) não podem ser considerados: movimentos sociais de cegos, ao passo que, segundo a constatação já explicitada são movimentos para cegos (deficientes visuais). Nestes modelos de instituição, os cegos são, por assim dizer, "utilizados" como objetos de comoção social.

A prática da exposição pública, como forma de chamar a atenção para conseguir doações e vender os produtos produzidos pelos alunos (que, em regra, são explorados como mão-de-obra), há muito tempo tem sido condenado, pelo menos por parte dos cegos que compreendem como ocorre a educação dentro destas instituições. "A educação dos cegos, há muito, já alcançou tal ponto de desenvolvimento, que não há desculpa aceitável para prática tão bárbara a não ser uma vaidade egoísta ou a antipática ignorância da administração." (CUTSFORTH, 1969, p.171).

Essa prática está enraizada no imaginário popular e vem sendo construída enquanto "método educacional" desde que, "em 1771, Valentin Haüy interessou-se em formular planos para a educação de cegos. Logo em seguida, começou a trabalhar com seu primeiro aluno, François Lesueur. Tornou-se um hábito de Haüy organizar frequentes exhibições dos talentos dos seus alunos, afim de conseguir apoio para seu programa. Seu método era bem sucedido tanto para assegurar apoio governamental quanto interesse popular." (CUTSFORTH, 1969, p.172). Entretanto, não se pode

condenar Haüy, por ter naquele dado momento histórico, tomado esse tipo de atitude, sem que se procure entender quais foram suas razões; no entanto, deve-se sim, condenar aquelas instituições e aqueles dirigentes de instituições que, mesmo depois de comprovado os danos trazidos aos indivíduos cegos por tal prática, ainda continuam insistindo no absurdo da exibição pública, onde os cegos, via de regra, viram o "espetáculo" de um "circo" que dá satisfação ao professor e ao público, mas traz pouco retorno educacional ao aluno que desde cedo é conduzido a crer que a sua condição no mundo será a de um eterno dependente da comiseração alheia.

Portanto, estes modelos (concepções) de entidades não foram articulados e fundada por cegos, nem são por eles dirigidas, o que, deste ponto de vista, descarta a possibilidade de considerá-los movimentos sociais de cegos. O que não quer dizer, no entanto, que não desenvolvam algumas ações com o objetivo de atender a algumas necessidades dos cegos, mesmo que, em certo sentido, pedagogicamente, de resultados questionáveis na formação de indivíduos críticos. Registra-se, todavia, que as APADEVIs, em relação aos institutos, representam um modelo mais avançado, na medida em que os cegos são mantidos com os familiares, ao passo que no modelo dos institutos, eles são internados, logo, afastados do convívio social.

Numa outra perspectiva metodológico organizacional, existe no Estado as entidades de pessoas com deficiência visual. Para aqueles mais leigos no assunto, esta distinção poderá parecer algo insignificante. O caráter de uma instituição para DV e de uma entidade de DV (cegos), indica para os cegos muito mais do que apenas uma mudança de terminologia, indica acima de tudo que no primeiro modelo ele é o objeto da ação, enquanto que no segundo modelo ele é o sujeito da sua própria ação. Portanto, do ponto de vista institucional/organizacional, em breves linhas, este é o cenário em que surge as primeiras movimentações na perspectiva de se criar uma entidade de caráter estadual. Por sua vez, o cenário que se apresentava, em 1996 do ponto de vista da economia, da política e das questões sociais, não era em nada favorável para o surgimento de qualquer movimento com uma perspectiva mais progressista: Quanto mais em se tratando de um movimento de cegos que historicamente tem sido reconhecido por uma concepção conservadora, assumindo até mesmo uma posição de dependência econômico, político e intelectual em relação aos demais movimentos e a sociedade em geral.

A nível nacional havia recém assumido o presidente FHC; a nível estadual havia assumido o governador Jaime Lerner: ambos foram eleitos ancorando-se na alta

popularidade do Plano Real. O Plano Real não foi no contexto apenas mais um plano econômico para combater a inflação. Colocado e analisado na conjuntura internacional de ofensiva neoliberal, ele trazia também consigo ideias que atingiram substancialmente as formas de relações entre os governos e a sociedade civil representada por suas entidades que atuam nos mais diversos setores: prestação de serviços, defesa de direitos etc. No Paraná a política do governo de um modo em geral, e de um modo particular da Secretaria da Criança, apontava para esse rumo: intensificar ainda mais a política de transferência dos serviços e programas de assistência social para a rede privada de caráter filantrópico, com isso o Estado assume apenas a função de formulador de programas, regulador das políticas e repassa através de convênios alguns poucos recursos financeiros para que as entidades filantrópicas executem as ações.

Foi, portanto, nessas condições que no final de 1996 a Secretaria da Criança e Assuntos da Família, promoveu o Curso de Formação para Dirigentes de Entidades de Cegos. Participaram do curso 20 (vinte) cegos (as) dos seguintes municípios: Maringá, Icaraíma, São Sebastião da Amoreira, Conselheiro Mairinque, Guarapuava, Foz Do Iguaçu, Cascavel, Curitiba e Londrina. O curso ocorreu durante 15 (quinze) dias na a-universidade Livre do Trabalho em Curitiba. O objetivo do curso, ao que parece, era formar dirigentes cegos na perspectiva de que estes pudessem dirigir as suas próprias organizações; porém, essas organizações deveriam ser as executadas das políticas, enquanto que ao Estado caberia apenas efetuar o repasse de parte dos recursos financeiros necessários.

Embora já houvesse algumas discussões a este respeito, até onde se sabe sem muita clareza de que se pretendia, a iniciativa das discussões durante a realização do curso, foi na verdade, tomada pelos representantes do governo Estadual. Quase todos os munitores do curso venderam uma ideia bastante articulada com o modelo da ONCE-Organização Nacional de Cegos Espanhóis. Assim, o que parecia estar claro é que havia ainda que não explicitamente, um certo desejo de se criar algo semelhante por esses lados do mundo. Os representantes do governo colocaram que, para o governo seria mais interessante repassar os recursos para uma única entidade do Estado do que fragmentá-los; dividi-los, ou ainda os distribuir para as diversas entidades, principalmente, considerando a escassez dos recursos financeiros. Era sem dúvida uma ideia "grande", um projeto ambicioso; porém, poucos daqueles cegos (as) que ali estavam tinham alguma experiência na organização ou

mesmo na participação no movimento de cegos. Apesar disso foi indicada uma Comissão que ficou responsável pelos encaminhamentos do processo de constituição da nova entidade.

Diante disso, destaca-se como ponto de partida alguns problemas que dificultaram a compreensão dos objetivos e o encaminhamento do processo. O fato de as pessoas cegas terem sido historicamente segregadas e afastadas do convívio social, deu a essas pessoas uma formação individualizada, com praticamente nenhuma experiência de participação em movimentos sociais. Assim, o grupo se constituía de pessoas com entendimentos bastante diferenciados e com análises bem localizadas, o que normalmente deslocava as discussões dos fins para focalizar nos detalhes, não talvez menos importante, mas que dificultava construir uma unidade de ação na perspectiva do projeto proposto. Um outro problema bem evidenciado foram as dificuldades que o grupo tinha de conviver com ideias diferentes, o que se revelava numa contradição; A mais evidente no interior do grupo, pois, enquanto grupo denominado de diferente, se luta para ser aceito na sociedade, mas, se tem enormes dificuldades em lidar com as diferenças existentes no interior do próprio grupo. Portanto, existe aqui dois contrassensos, um entre o grupo e os indivíduos que constituem esse grupo e o outro entre os indivíduos que constituem esse grupo e a sociedade que, os denominou de diferentes para logo em seguida excluí-los por conta de uma diferença que ela mesma atribuiu.

Além disso, um outro dado que merece destaque e que precisaria ser resolvido, ou pelo menos acordado, dizia respeito ao tempo necessário para se criar a nova entidade. Algumas pessoas da Comissão tinham o entendimento que isso deveria se dar o mais rápido possível. Outros por sua vez, tinham o entendimento que esse processo deveria se dar mais a longo prazo. Um consenso nos encaminhamentos definiu pela realização de Encontros nas regiões do Estado com três objetivos principais: 1- iniciar de forma mais ampliada a difusão da ideia e sentir a necessidade de se criar uma nova entidade para articular e coordenar, encaminhar as propostas, articular e coordenar as lutas deste segmento; 2- conhecer quais os programas destinados ao atendimento e quais eram a sua realidade; 3- qual era a realidade socioeconômico e cultural dos cegos no Estado.

Na verdade, essa divergência ficou apenas acomodada por um curto espaço de tempo. Logo no primeiro Encontro realizado na cidade de Maringá em 1997, ela reapareceu quando o grupo da Associação dos Deficientes Visuais de Maringá -

ADEVIMAR junto com uma proposta de estatuto apresentou também a proposta da criação da UPC. Não se pretende alongar nesta análise, mais o que estava implícito aqui, era uma "disputa" de concepção de entidade. Se poderia dizer que era dois movimentos que conduziam a um mesmo fim: a criação de uma entidade; porém, qual seria o fim da entidade a ser criada? Essa discussão sempre esteve latente no interior da Comissão. A contribuição do grupo de Maringá foi importante na medida em que explicitou no papel quais poderiam ser os objetivos da UPC. Antes de dezembro do mesmo ano, houve outros dois encontros: na cidade de Cascavel, durante a realização do Seminário Da Tutela a Cidadania, promovido pela ACADEVI-Associação Cascavelense de Deficientes Visuais, o qual teve parte da sua programação para discussão do movimento de cegos no Estado. O outro foi realizado na cidade de Icaraíma. Esses dois Encontros se limitaram a dar continuidade nas discussões e nos encaminhamentos já deliberados.

A mesma questão que estava presente no início das discussões (o prazo para se criar), em dezembro retornou na pauta, desta vez em Curitiba, durante a realização de um Seminário promovido pelo Instituto Paranaense de cegos - IPC, pela Fundação de Assistência à Criança Cega - FACE e pela Associação de Deficientes Visuais do Paraná - ADEVIPAR. Ao contrário do grupo de Maringá que se limitará a apresentar uma proposta, aqui as discussões ganharam outros contornos. Neste momento destaca-se dois dados de ordem política que merecem uma consideração em separado: Em primeiro lugar, nem o Encontro de Maringá e nem o Seminário de Curitiba havia sido convocado pela Comissão com fins de discutir e deliberar sobre a criação da UPC; em segundo lugar, particularmente em Curitiba houve claramente uma tentativa do grupo da ADEVIPAR em tomar de "assalto" o processo. Houve ali uma explicitação do interesse do governo do Estado, sobretudo, da Secretaria da Criança ali "representada na figura de alguns dirigentes da ADEVIPAR que alegaram como argumento a existência de valores a disposição da UPC; que caso a UPC não fosse criada á ADEVIPAR como única entidade de caráter estadual seria a beneficiada com os recursos financeiros. Mesmo assim no debate em plenário os cegos decidiram não criar naquele momento a UPC, remetendo essa decisão para um outro momento.

Depois de se ter realizado outros dois Encontros (Curitiba e Guarapuava), esses Encontros chegaram em um determinado momento em que as coisas já não evoluíam mais. Foi, no entanto, a partir do Encontro realizado em Londrina no mês de maio de 1998, que um elemento novo foi acrescentado nas discussões e

encaminhamentos. Se decidiu, então, que a partir daquela data as reuniões seriam feitas em dois momentos. Um para a formação política e o outro para os encaminhamentos de ordem prática. Foram então definidos alguns temas: Sexualidade e Afetividade, A história dos Movimentos Sociais e a Relação com o Movimento de Cegos e Como Funciona a Sociedade. A decisão de Londrina foi importante porque, embora se reconheça que a formação política dos militantes do movimento de cegos se dá no processo de sua participação, pensar momentos específicos para esse fim naquele momento representou um salto de qualidade nas discussões, por mais que aqueles encaminhamentos tivessem os seus limites.

Assim, no Encontro de Foz do Iguaçu, realizado em setembro, ainda em 1998, foram encaminhadas as deliberações anteriores. Por isso, a primeira parte da reunião foi destinada as discussões sobre a Sexualidade e a afetividade das pessoas cegas. Já, na hora dos encaminhamentos, reabriram-se as discussões sobre o melhor momento para se criar a UPC. Novamente, depois de um intenso debate com posições até mesmo divergentes, foi decidido então que ainda no primeiro semestre de 1999, seria fundada a entidade. Contudo, seria preciso definir um processo que passaria por um conjunto de deliberações e encaminhamentos. Sempre presente nas discussões, A ACADEVI assumiu a responsabilidade pela realização do próximo Encontro já no mês de fevereiro de 1999. Assumiu também a responsabilidade de apresentar na reunião uma proposta de Manifesto e uma proposta de Estatuto, além de encaminhar o tema sobre a formação política. Portanto, pela primeira vez desde o início das discussões, um Encontro discutia e sinalizava na perspectiva da criação da UPC.

Diante disso, o Encontro de fevereiro em Cascavel provavelmente seria o último antes da fundação. Neste sentido o mesmo se cercava de algumas preocupações em razão dos procedimentos a serem adotados. Além do tema da formação política: Como Funciona a Sociedade, seria ainda preciso decidir a data e o local da Assembleia de fundação, aprovar o Manifesto, iniciar uma discussão a respeito do Estatuto, definir todo o processo de mobilização e abrir ainda que inicialmente, uma breve discussão a respeito da futura direção da UPC. Depois de concluir a parte da formação, se iniciou o processo de discussão a respeito das questões levantadas anteriormente. Naturalmente que não se vai aqui detalhar todas as discussões, todavia, pretende-se pontuar as principais divergências observadas.

Por exemplo, a respeito da data e do local da Assembleia, ficou definido que a fundação seria realizada no dia 29 de maio de 1999, na cidade de Curitiba. Já a

proposta de Manifesto apresentada pelo grupo (ACADEVI) que ficará responsável pela sua elaboração, após lida e discutida foi aprovada. Destaca-se alguns pontos do Manifesto já aprovado: "Esta nova entidade terá a responsabilidade de coordenar e articular as ações, propostas e reivindicações deste segmento". "Eis aí, companheiros cegos e não cegos, simpatizantes da nossa causa, este breve texto, procurando mostrar que junto com outros milhões de oprimidos construímos a nossa própria história. Temos a convicção que sempre fomos e ainda somos explorados socialmente, e esta exclusão faz parte de um modelo capitalista que traz na sua essência o preconceito e a discriminação". Cascavel, fevereiro de 1999. Coordenação Estadual do Movimento de Cegos. Por sua vez, em relação a proposta do Estatuto, preferiu-se apresentar apenas aqueles pontos que se havia identificados no decorrer do processo como sendo os mais divergentes. Desta forma, alguns foram apresentados em forma de um questionamento com fins de provocar os debates acerca do assunto. Por exemplo: Essa nova entidade será uma federação de entidades já constituídas ou será uma entidade constituída por pessoas cegas de todo o Estado do Paraná? Será uma União de cegos ou será uma União das pessoas com deficiência visual, isto é, a sigla será UPC OU será UPDV?

Será uma entidade que só vota e é votado pessoas cegas e ou com visão reduzida ou pessoas não cegas poderão votar e ser votadas?

Se apresentou ainda outras duas questões que segundo o entendimento do grupo de Cascavel tornaria a entidade mais democrática. O critério da proporcionalidade garantiria que em caso de duas ou mais chapas concorrendo na eleição, todas estariam representadas no Conselho. Ou seja, isto de acordo com a força de cada uma. Por exemplo: a chapa que fizesse trinta por cento dos votos na Assembleia, ficaria com trinta por cento dos cargos no Conselho e assim por diante. Se apresentou também uma proposta que acabaria com essa estrutura verticalizada e hierarquizada, isto é, pela proposta deixaria de existir a figura do presidente, do vice-presidente e assim por diante. Seria eleito um Conselho que entre si organizar-se-ia distribuindo assim os cargos, os quais poderiam ser indicados e destituídos dentro do próprio Conselho. (a ACADEVI, atualmente vem adotando este modelo) Submetidas a uma votação indicativa as duas proposições foram rejeitadas pelo grupo.

Quanto as outras questões foram mais tranquilas. Só poderá votar e ser votado as pessoas cegas e ou com visão reduzida. Já em relação a UPC, será uma entidade de pessoas e não de entidades já constituídas. Em relação a mobilização foi decidido

que a ACADEVI seria a responsável por todo o processo de divulgação inclusive elaborar a proposta de Estatuto, do Manifesto e providenciar a distribuição. O grupo de Curitiba ficou com a responsabilização de providenciar o local para a assembleia. Já em relação a diretoria ficou definido que as pessoas deveriam em seus municípios abrirem esse processo sempre com a preocupação de construir uma chapa de consenso e garantir assim a unidade de ação. É importante ressaltar, porém que todas essas questões foram discutidas e votadas em caráter indicativo, já que qualquer deliberação caberia somente a Assembleia devidamente convocada e amplamente divulgada. Ao contrário das duas outras tentativas de se criar a UPC, havia agora uma deliberação de uma reunião ampliada da Comissão e os procedimentos prévios foram adotados: garantindo-se assim a legitimidade do processo.

Prosseguindo no relato histórico, um dado merece de fato um destaque especial. Ao se definir pela criação da entidade e após o Encontro de Cascavel abrir o processo em torno da futura composição de uma possível direção, se explicitou os interesses que até então estavam por assim dizer camuflados. As discussões que vinham se dando no âmbito do "grande" grupo, fórum legítimo para essas discussões, passaram a se dar entre indivíduos ou pequenos grupos de indivíduos que começaram a se articular na perspectiva de isolar do futuro controle político da UPC os representantes da ACADEVI. Enquanto o grupo de Cascavel se esforçava para encaminhar as deliberações feitas com o objetivo de garantir a realização da assembleia e a fundação da UPC, algumas pessoas da Comissão faziam reuniões em separado para antes mesmo da assembleia escolherem a direção. É evidente que esse tipo de postura apenas agravou as relações que sempre foram tensas entre alguns grupos que, de uma ou de outra forma representavam e defendiam concepções divergentes. Isso estava presente desde o início das discussões conforme já vinha sendo assinalado.

As articulações se davam entre pessoas isoladas e até mesmo entre posições políticas de entidades. Essas discussões envolviam determinados segmentos da cidade de Curitiba, o grupo de Guarapuava, e segmentos de Maringá e de Londrina. Isso atingiu um ponto tal de tensão que, nenhum representante de Curitiba que fazia parte da Comissão organizadora, compareceu na reunião marcada na Biblioteca Pública no dia 28 de maio, véspera da assembleia. A reunião seria para acertar os últimos detalhes para o dia seguinte e se tentar buscar um consenso na composição da diretoria. O não comparecimento apenas confirmava as articulações separadas do

fórum legítimo das discussões que era a Comissão e contribuiu para que no dia da assembleia antes mesmo de iniciar os trabalhos o clima já fosse de disputa, o que se confirmou na sequência.

Contudo, o que estava em disputa no decorrer de todo o processo e ali naquele momento, não era apenas o controle político e jurídico da UPC, estava sim de forma implícita um modelo de entidade. Isso ficou mais evidente quando entrou em discussão o critério da proporcionalidade. Os defensores desta posição decidiram reapresentá-la, pois naquele momento estava sendo definido um caráter de movimento de cegos, que passava inclusive por essa questão central. Uma outra seria a proposta apresentada e rejeitada no Encontro de Cascavel e que os defensores decidiram não a reapresentar: a que acabaria com o modelo verticalizado: presidente, vice-presidente, secretário; e criaria um modelo horizontalizado baseado num sistema de colegiado exercido por coordenadores eleitos no próprio Conselho Deliberativo. Portanto, este foi o primeiro momento ali naquele local em que os 137 presentes na Assembleia realizada no auditório da Secretaria da Administração, dividiram-se, ou aglutinaram-se em torno de duas posições bem distintas. Estavam presentes na Assembleia representantes de praticamente todas as regiões do Estado: Norte, Oeste, Sudoeste, Centro e a região Metropolitana de Curitiba.

Não se pretende aqui reproduzir as defesas apresentadas em relação ao critério da proporcionalidade, mas apenas destacar um fragmento da fala que se posicionou contrário. Se faz questão de destacá-la por que ela vai de encontro a uma preocupação já manifestada, isto é, a dificuldade que as pessoas encontram de conviver com as divergências de ideias. O argumento tinha o seguinte teor: Sou contrário a proporcionalidade porque caso ela seja aprovada nós poderemos ter o presidente de uma chapa e o tesoureiro de outra chapa; se eu fosse o presidente não aceitaria ter um tesoureiro que não fosse de minha confiança. Esse tipo de argumentação revela a princípio pelo menos três equívocos segundo alguns entendimentos: 1- a concepção verticalizada e hierarquizada onde o presidente tudo determina e precisa ter ao seu lado pessoas de sua confiança e obediente aos seus mandos; 2- qualquer dirigente e o cargo que ocupa deve ser da confiança da Assembleia que o elegeu, ou em última instância deve ser da confiança do conjunto dos associados; porém, isso é coisa que parece não ser muito comum na maioria das entidades em discussão, sobretudo, na entidade da qual participa o argumentador contrário a proporcionalidade; 3- já se apontou anteriormente, mas se reafirma as

dificuldades que as pessoas encontram na hora de se relacionar com esse tipo de assunto.

Se luta para ser aceito na sociedade como diferente (cego), mas muitas vezes se rejeita dentro das próprias entidades aqueles que são diferentes ainda que não seja pelo fato de ser cego, mas sim por ter uma ideia diferente.

Porém, apesar da argumentação a proporcionalidade foi aprovada e faz parte do Estatuto da União Paranaense de Cegos.

Essa dificuldade se explicitou de modo inquestionável quando o grupo contrário a proporcionalidade se viu na eminência de ter que dividir o controle político da UPC com um grupo que, naquele momento, para eles, já se tornará "adversários." Houve por parte do grupo uma proposta para se compor uma chapa de consenso. A proposta apresentada foi, após discussão, aceita pelo grupo que defendeu a proporcionalidade. Entretanto, em seguida o grupo que havia feito a proposta recuou e estabeleceu outras exigências, as quais não foram aceitas. Diante disso, o grupo preferiu se afastar do processo do que compor ou participar da eleição, deixando assim toda a responsabilidade para uma chapa composta basicamente por integrantes da região oeste, sudoeste e alguns de Curitiba.

Como conclusão deste episódio se poderia perguntar: quem ganhou com esse resultado? Quem perdeu? Sem nenhuma dúvida se poderia afirmar que ambos perderam. O grupo que se afastou por ter ficado fora do processo durante os dois anos seguintes. O grupo que assumiu por ter que tocar o processo de construção da UPC sozinho, o que se constituiu em mais um desafio. Procurar consolidar uma entidade de âmbito municipal já é um desafio, fazer isto no âmbito de um Estado e ainda com o movimento dividido, foi um esforço redobrado. Assinalar alguns aspectos dos dois anos seguintes após a fundação da UPC, é o que se pretende na continuidade deste artigo.

A existência de uma organização se concretiza em dois planos: o de direito e o de fato. No plano do direito, ou no plano da legalidade, ou da burocracia, a existência de uma entidade depende de algumas etapas. Após a realização da assembleia, da entidade fundada e a diretoria eleita vem o registro de toda a documentação, o que logo foi concluído. No entanto, a parte mais difícil do processo de consolidação de uma organização, dependerá em grande parte da sua consolidação no plano político representativo. Conquistar a legitimidade, se tornar representante de fato, porta voz das reivindicações e das propostas do segmento a que se propõe defender, se torna

o principal desafio na estruturação/consolidação político de uma organização. Por outro lado, não basta somente conquistar a legitimidade do grupo a que se propõe defender se não conquistar, ou se fazer respeitar por negociação ou por preção frente aqueles órgãos públicos ou privados que de alguma maneira desenvolvem programas ou prestam serviços que atendam as necessidades dos cegos/ e ou das pessoas com visão reduzida. Em outras palavras: no caso de uma entidade de cegos como é a UPC que tem um caráter reivindicatório; normalmente ela se faz representar junto aos poderes constituídos pela sua capacidade de mobilização de suas bases, das ideias/propostas que defenderá e do poder de preção que exercerá sobre aqueles setores governamentais ou não que desenvolvem programas destinados ao atendimento dos cegos.

Neste sentido, para compreender os encaminhamentos dados pela direção recém eleita, se faz necessário compreender quais eram as condições econômicas, políticas, sociais, históricas durante o período em análise. Apesar dos determinantes desfavoráveis já apontados e outros impostos pela conjuntura adversa emergência de movimentos progressistas; e considerando ainda as históricas dificuldades que este grupo social sempre teve em se organizar, se poderia dizer que alguns passos foram possíveis andar. Merece destaque a produção de um documento feito em conjunto com a ACADEVI-Associação Cascavelense de Deficientes Visuais, no qual são feitas considerações a respeito do atendimento realizado nos CAEDV - Centros de Atendimento Especializados para Deficientes Visuais, mantidos pela Secretaria da Educação do Estado. O documento denuncia particularmente a falta do material adaptado, livros em braile e com caracteres ampliados para os alunos da rede educacional.

O documento acompanhado por ofício subscrito pelas duas entidades foi protocolado na Secretaria da Educação do Estado para: Secretária da Educação, chefia do Departamento da Educação Especial e o presidente do Conselho Estadual da Educação. Após audiência com o promotor, o documento foi protocolado na Promotoria em Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiências do Estado; também, durante uma reunião o documento foi entregue ao presidente da Comissão de Educação da Assembleia Legislativa do Paraná. Já no município de Cascavel, foi protocolado na Procuradoria da República; além de ser encaminhado para o MEC - Ministério da Educação e para a SEESP-Secretaria da Educação Especial. Quando da entrega do documento na cidade de Curitiba, alguns dirigentes da UPC

participaram de uma manifestação promovida pela APP-Sindicato, reivindicando/em defesa da escola pública, gratuita, laica e de qualidade.

Ainda no decorrer desses dois anos foram duas audiências com a chefia do Departamento da Educação Especial e uma com a chefia de gabinete da Secretária da Cultura. Em ambas delas o assunto estava relacionado com os interesses dos cegos, dentro das questões específicas da área no conjunto das atribuições das duas Secretarias. No caso da cultura, a principal reivindicação relaciona-se com a constituição/disponibilização de acervos adaptados nas bibliotecas públicas em polos regionais para atender as necessidades deste segmento. No Departamento, por exemplo, destaca-se a reivindicação por melhorias nos atendimentos nos CAEDEVIs, os quais, além do problema do espaço físico inadequado, não prestam todos os atendimentos necessários.

Merece também, destaque a participação da UPC na Comissão que vem discutindo o projeto: "Educação Inclusiva, Linhas de Ação para o Estado do Paraná." Embora se saiba que este projeto traz consigo princípios liberais e aponta numa perspectiva do Estado se afastar ainda mais das suas responsabilidades, a presença de um representante da UPC nas discussões tem contribuído, sobretudo, para firmar e afirmar a posição dos cegos em relação á inclusão deste segmento na rede comum de ensino. Apesar das dificuldades já denunciadas que os cegos encontram nas escolas públicas e privadas, pelo menos no Estado do Paraná eles estão matriculados na rede comum. Portanto, para uma entidade que se propõe defender os interesses dos cegos, precisa saber se posicionar numa questão como está para não ser usada, ou seduzida nem pelo discurso governamental e nem por setores conservadores do professorado da rede pública e privada. Sem dúvida esse assunto exige dos dirigentes da entidade um conhecimento mais aprofundado sobre as políticas educacionais que estão sendo implementadas no Estado e no País.

Destaca-se ainda que, apesar de ser bastante difícil a realização das reuniões e assembleias, face as dificuldades econômicas que os dirigentes encontram para se deslocar, foi cumprido o calendário segundo as determinações estatutárias. Na verdade, a primeira diretoria conseguiu conduzir o processo até o final com bastante dificuldades, seja do ponto de vista político, seja do ponto de vista organizacional. Mesmo assim os momentos de discussões nas instancias legítimas, se traduziram em momentos privilegiado de formação política para aqueles dirigentes que se mantiveram firme até o final do seu mandato. Mais do que isso, a diretoria foi capaz

de compreender que a formação de um movimento se traduz na sua unidade de ação e na sua capacidade de mobilização.

Por sua vez, o grupo que havia ficado de fora quando da fundação, também compreendeu a importância de somar junto no processo de construção e consolidação da UPC. Nesse sentido, houve, inteligentemente por parte dos atores sociais envolvidos, dois movimentos que convergiram para o mesmo objetivo: sem negar as diferenças políticas e ideológicas existentes entre os indivíduos ou entre alguns grupos, entenderam que a luta pela inclusão social dos cegos deve estar acima de certas questões, que precisam serem consideradas, porém, não devem interferir na luta maior. Portanto, a composição de uma chapa/diretoria de consenso na assembleia eleitoral realizada no dia 12 de junho de 2001 na cidade de Cascavel, quando da realização do IV Seminário de Cegos, representou um avanço em relação à situação anterior. Com o grupo novamente coeso, unificado, será possível pensar e executar algumas ações que apontem na perspectiva de consolidar em definitivo a UPC enquanto uma ferramenta de lutas dos cegos paranaenses.

Retomando o processo desde o seu início se poderia perguntar: mas o que tudo isso resultou em termos práticos? A resposta poderá ser varias, isso dependerá, obviamente, do entendimento de cada um e dos fins que uma organização representa para quem se propõe responder uma questão como esta. Quem pretende uma entidade para prestar ou desenvolver serviços e programas que são, de acordo com a lei atribuição do Estado, certamente dirá: até agora não se fez nada. Porém, há aqueles que entendem que uma organização como a UPC terá como objetivo principal organizar e procurar despertar nos cegos a consciência de que eles são os atores sociais da sua própria história. A superação da sua condição de excluído e explorado dependerá, é verdade, de inúmeros outros fatores econômicos e sociais, mas dependerá, também, de suas próprias iniciativas. Na linguagem cristã, se poderia dizer que o principal papel da UPC é ser uma espécie de "fermento na massa" que faz crescer a consciência e a vontade dos cegos em lutarem pela sua independência e autonomia, sobretudo, econômica e intelectual. Se esse for, como eu creio que seja o principal papel da UPC, então, ela está no rumo certo. A UPC é atualmente, e será no futuro, o resultado do processo de organização, de mobilização, de articulação e de interlocução com outros movimentos sociais, na perspectiva de uma transformação social profunda: única maneira de superar o atual processo de exclusão a que os cegos e outras minorias sociais estão submetidos. Para isso, seu maior objetivo

deverá ser desenvolver um amplo processo de formação dos seus dirigentes e dos dirigentes das demais organizações dos cegos do Estado do Paraná. Um cego conhecedor de sua condição no mundo e da condição das razões da sua exclusão, é um cego com a consciência iluminada, única maneira capaz de transpor a "escuridão" da ignorância que cerra seus olhos.

PARTE 2

BREVE HISTÓRICO DA UPC

Enio Rodrigues da Rosa

Ex presidente da União Paranaense de Cego (UPC) e atual Coordenador de Imprensa e Divulgação da Associação Cascavelense da Pessoa com Deficiência Visual (ACADEVI).

Em outubro de 2009, dias 10, 11 e 12, na cidade de Cascavel, a Associação Cascavelense da Pessoa com Deficiência Visual (ACADEVI), realiza o seu VIII seminário de pessoas cegas. /Como vem acontecendo desde 1997, quando promoveu o seu primeiro seminário, mais uma vez consta da programação uma discussão sobre a necessidade da organização das pessoas cegas e de visão reduzida. De acordo com a programação, isto será feito no último dia, no período da manhã, a partir do relato das experiências dos representantes de entidades presentes no seminário.

No entanto, não consta da programação oficial do seminário nenhuma discussão específica sobre uma eventual rearticulação da União Paranaense de Cegos (UPC), criada em 1999. Esta entidade teve uma curta duração e depois acabou desintegrando-se. Hoje, existe a possibilidade desta discussão reaparecer durante o seminário, num momento específico, aproveitando a oportunidade da presença das pessoas cegas e de visão reduzida de diversos municípios do Estado.

Diante disso, eu quero tornar público algumas notas que escrevi em 2001, com o objetivo de relatar alguns episódios que aconteceram durante o processo de criação da UPC. Quando escrevi, não tinha a pretensão de fazer um texto analisando questões teóricas, mas apenas assinalar certos elementos de uma experiência que

se revelou interessante, num primeiro momento, mas que após constituída oficialmente, não conseguiu se firmar e ter continuidade.

Como acompanhei todo este processo desde seu início até o seu fim, penso que a divulgação daquelas experiências, bem como a compreensão dos possíveis erros e acertos das decisões e encaminhamentos feitos, pode contribuir no caso de uma tentativa de rearticulação desta entidade enquanto um instrumento de luta das pessoas cegas e de visão reduzida do Estado.

Daquele texto inicial que apresento logo abaixo, fiz apenas algumas pequenas modificações e correções que não implicaram em mudança na estrutura do escrito. Ao final do "artigo", retomo para fazer algumas considerações sobre a necessidade da rearticulação desta entidade, ou da criação de outra ferramenta de luta que possa articular, coordenar e conduzir as reivindicações das pessoas cegas, principalmente neste momento histórico de ofensiva do capitalismo e a consequente hegemonia da propagação das ideias conservadoras.

Pretendo, neste artigo, de modo bastante sucinto, relatar o surgimento da União Paranaense de Cegos (UPC). Inicialmente, destaco um breve quadro do cenário socioeconômico e político em que o processo aconteceu. Em seguida, entro no relato, procurando assinalar a trajetória desde o final de 1996 até junho de 2001, data que ocorreu a eleição que elegeu a nova direção.

A nível nacional, havia recentemente assumido o presidente Fernando Henrique Cardoso - FHC; a nível estadual havia assumido o governador Jaime Lerner: ambos foram reeleitos ancorando-se na alta popularidade do Plano Real. O Plano Real não foi no contexto apenas mais um plano econômico para combater a inflação. Colocado e analisado na conjuntura internacional e nacional de ofensiva neoliberal, ele trazia também consigo ideias que atingiram substancialmente as formas de relações entre os governos e a sociedade civil representada por suas entidades que atuam nos mais diversos setores: prestação de serviços, defesa de direitos etc. No Paraná, a política do governo de modo geral, e de um modo particular da Secretaria da Criança, apontava para esse rumo: intensificar ainda mais a política de transferência dos serviços e programas de assistência social para a rede privada de caráter filantrópico assistencial. Com isso, o Estado repassaria através de convênios alguns poucos recursos financeiros para que as entidades fossem as executadas das ações.

Portanto, foi dentro dessas condições que no final de 1996 a Secretaria da Criança e Assuntos da Família, promoveu o Curso de Formação para Dirigentes de Entidades de Cegos. Participaram do curso 20 (vinte) cegos (as) dos seguintes municípios: Maringá, Icaraíma, São Sebastião da Amoreira, Conselheiro Mairinque, Guarapuava, Foz Do Iguaçu, Cascavel, Curitiba e Londrina. O curso ocorreu durante 15 (quinze) dias na universidade Livre do Trabalho (ULT) em Curitiba. O objetivo do curso era, segundo os organizadores, formar pessoas cegas como dirigentes na perspectiva de que elas fossem as próprias dirigentes das suas organizações. Mas a pergunta que se fazia naquele momento era: afinal, que modelo de entidade o governo pretendia? Ora, as organizações deveriam ser apenas as executoras das políticas/ações, enquanto que ao Estado caberia apenas efetuar o repasse de parte dos recursos financeiros necessários para esse fim

Nesse sentido, embora já houvesse algumas discussões a este respeito, até onde se sabe sem muita clareza de que se pretendia, a iniciativa das discussões durante a realização do curso, foi na verdade, tomada pelos representantes do governo Estadual. Quase todos os munitores do curso venderam uma ideia bastante articulada com o modelo da Organização Nacional de Cegos Espanhóis (ONCE). Assim, o que parecia estar claro é que havia ainda que não explicitamente, um certo desejo de se criar algo semelhante por esses lados do mundo. Os representantes do governo colocaram que, para o governo seria mais interessante repassar os recursos para uma única entidade do Estado do que fragmentá-los; dividi-los, ou ainda os distribuir para as diversas entidades, principalmente, considerando a escassez dos recursos financeiros. Era sem dúvida uma ideia "grande", um projeto ambicioso.

Porém, poucas daquelas pessoas cegas que ali estavam tinham alguma experiência na organização ou mesmo na participação no movimento de cegos. Apesar disso foi indicada uma Comissão que ficou responsável pelos encaminhamentos do processo de constituição da nova entidade. Diante disso, destaca-se como ponto de partida alguns problemas que dificultaram a compreensão dos objetivos e o encaminhamento do processo. O fato de as pessoas cegas terem sido historicamente segregadas e afastadas do convívio social, deu a essas pessoas uma formação individualizada, com praticamente nenhuma experiência de participação em movimentos sociais. Assim, o grupo se constituía de pessoas com entendimentos bastante diferenciados e com análise bem localizadas, o que normalmente deslocava as discussões dos fins para focalizar nos detalhes, não talvez

menos importante, mas que dificultava construir uma unidade de ação na perspectiva do projeto proposto. Um outro problema bem evidenciado foram as dificuldades que o grupo tinha de conviver com ideias diferentes, o que se revelava numa contradição; A mais evidente no interior do grupo, pois, enquanto grupo denominado de diferente, se luta para ser aceito na sociedade, mas, se tem enormes dificuldades em lidar com as diferenças existentes no interior do próprio grupo.

Portanto, existe aqui dois contrassensos, um entre o grupo e os indivíduos que constituem esse grupo e o outro entre os indivíduos que constituem esse grupo e a sociedade que, os denominou de diferentes para logo em seguida excluí-los por conta de uma diferença que ela mesma atribuiu. Além disso, um outro dado que merece destaque e que precisaria ser resolvido, ou pelo menos acordado, dizia respeito ao tempo necessário para se criar a nova entidade. Algumas pessoas da Comissão tinham o entendimento que isso deveria se dar o mais rápido possível. Outros por sua vez, tinham o entendimento que esse processo deveria se dar mais a longo prazo. Um consenso nos encaminhamentos definiu pela realização de Encontros nas regiões do Estado com três objetivos principais: 1- iniciar de forma mais ampliada a difusão da ideia e sentir a necessidade de se criar uma nova entidade para articular e coordenar, encaminhar as propostas, articular e coordenar as lutas deste segmento; 2- conhecer quais os programas destinados ao atendimento e quais eram a sua realidade; 3- qual era a realidade socioeconômico e cultural dos cegos no Estado.

Na verdade, essa divergência ficou apenas acomodada por um curto espaço de tempo. Logo no primeiro Encontro realizado na cidade de Maringá em 1997, ela reapareceu quando o grupo da Associação dos Deficientes Visuais de Maringá (ADEVIMAR) junto com uma proposta de estatuto apresentou também a proposta da criação da UPC. Não se pretende alongar nesta análise, mais o que estava implícito aqui, era uma "disputa" de concepção de entidade. Se poderia dizer que era dois movimentos que conduziam a um mesmo fim: a criação de uma entidade; porém, qual seria o fim da entidade a ser criada? Essa discussão sempre esteve latente no interior da Comissão. A contribuição do grupo de Maringá foi importante na medida em que explicitou no papel quais poderiam ser os objetivos da UPC.

Antes de dezembro do mesmo ano, houve outros dois encontros: na cidade de Cascavel, durante a realização do Seminário Da Tutela a Cidadania, promovido pela Associação Cascavelense de Deficientes Visuais (ACADEVI), o qual teve parte da sua programação para discussão do movimento de cegos no Estado. O outro foi realizado

na cidade de Icaraíma. Esses dois Encontros se limitaram a dar continuidade nas discussões e nos encaminhamentos já deliberados.

A mesma questão que estava presente no início das discussões (o prazo para se criar), em dezembro de 1997, retornou na pauta, desta vez em Curitiba, durante a realização de um Seminário promovido pelo Instituto Paranaense de Cegos (IPC), pela Fundação de Assistência à Criança Cega (FACE) e pela Associação de Deficientes Visuais do Paraná (ADEVIPAR). Ao contrário do grupo de Maringá que se limitará a apresentar uma proposta, aqui as discussões ganharam outros contornos. Neste momento destaca-se dois dados de ordem política que merecem uma consideração em separado: Em primeiro lugar, nem o Encontro de Maringá e nem o Seminário de Curitiba haviam sido convocados pela Comissão com fins de discutir e deliberar sobre a criação da UPC; em segundo lugar, particularmente em Curitiba houve claramente uma tentativa do grupo da ADEVIPAR em tomar de "assalto" o processo. Houve ali uma explicitação do interesse do governo do Estado, sobretudo, da Secretaria da Criança ali "representada na figura de alguns dirigentes da ADEVIPAR que alegaram como argumento a existência de valores a disposição da UPC; que caso a UPC não fosse criada á ADEVIPAR como única entidade de caráter estadual seria a beneficiada com os recursos financeiros. Mesmo assim no debate em plenário os cegos decidiram não criar naquele momento a UPC, remetendo essa decisão para um outro momento.

Depois de se ter realizado outros dois Encontros (Curitiba e Guarapuava), esses Encontros chegaram em um determinado momento em que as coisas já não evoluíam mais. Foi, no entanto, a partir do Encontro realizado em Londrina no mês de maio de 1998, que um elemento novo foi acrescentado nas discussões e encaminhamentos. Se decidiu, então, que a partir daquela data as reuniões seriam feitas em dois momentos. Um para a formação política e o outro para os encaminhamentos de ordem prática. Foram então definidos alguns temas: Sexualidade e Afetividade, A história dos Movimentos Sociais e a Relação com o Movimento de Cegos e Como Funciona a Sociedade. A decisão de Londrina foi importante porque, embora se reconheça que a formação política dos militantes do movimento de cegos se dá no processo de sua participação, pensar momentos específicos para esse fim naquele momento representou um salto de qualidade nas discussões, por mais que aqueles encaminhamentos tivessem os seus limites.

Assim, no Encontro de Foz do Iguaçu, realizado em setembro, ainda em 1998, foram encaminhadas as deliberações anteriores. Por isso, a primeira parte da reunião foi destinada as discussões sobre a Sexualidade e a afetividade das pessoas cegas. Já, na hora dos encaminhamentos, reabriram-se as discussões sobre o melhor momento para se criar a UPC. Novamente, depois de um intenso debate com posições até mesmo divergentes, foi decidido então que ainda no primeiro semestre de 1999, seria fundada a entidade. Contudo, seria preciso definir um processo que passaria por um conjunto de deliberações e encaminhamentos. Sempre presente nas discussões, A ACADEVI assumiu a responsabilidade pela realização do próximo Encontro já no mês de fevereiro de 1999. Assumiu também a responsabilidade de apresentar na reunião uma proposta de Manifesto e uma proposta de Estatuto, além de encaminhar o tema sobre a formação política. Portanto, pela primeira vez desde o início das discussões, um Encontro discutia e sinalizava na perspectiva da criação da UPC.

Diante disso, o Encontro de fevereiro em Cascavel provavelmente seria o último antes da fundação. Neste sentido o mesmo se cercava de algumas preocupações em razão dos procedimentos a serem adotados. Além do tema da formação política: Como Funciona a Sociedade, seria ainda preciso decidir a data e o local da Assembleia de fundação, aprovar o Manifesto, iniciar uma discussão a respeito do Estatuto, definir todo o processo de mobilização e abrir, ainda que inicialmente, uma breve discussão a respeito da futura direção da UPC. Depois de concluir a parte da formação, se iniciou o processo de discussão a respeito das questões levantadas anteriormente. Naturalmente que não vou aqui detalhar todas as discussões, todavia, pretende-se pontuar as principais divergências observadas.

Por exemplo, a respeito da data e do local da Assembleia, ficou definido que a fundação seria realizada no dia 29 de maio de 1999, na cidade de Curitiba. Já a proposta de Manifesto apresentada pelo grupo (ACADEVI) que ficará responsável pela sua elaboração, após lida e discutida foi aprovada. Destaca-se alguns pontos do Manifesto já aprovado: "Esta nova entidade terá a responsabilidade de coordenar e articular as ações, propostas e reivindicações deste segmento". "Eis aí, companheiros cegos e não cegos, simpatizantes da nossa causa, este breve texto, procurando mostrar que junto com outros milhões de oprimidos construímos a nossa própria história. Temos a convicção que sempre fomos e ainda somos explorados socialmente, e esta exclusão faz parte de um modelo capitalista que traz na sua essência o preconceito e a discriminação".

Cascavel, fevereiro de 1999. Coordenação Estadual do Movimento de Cegos.

Por sua vez, em relação a proposta do Estatuto, preferiu-se apresentar apenas aqueles pontos que se havia identificados no decorrer do processo como sendo os mais divergentes. Desta forma, alguns foram apresentados em forma de questionamento com fins de provocar os debates acerca do assunto. Por exemplo: Essa nova entidade será uma federação de entidades já constituídas ou será uma entidade constituída por pessoas cegas de todo o Estado do Paraná? Será uma União de cegos ou será uma União das pessoas com deficiência visual, isto é, a sigla será UPC OU será UPDV?

Será uma entidade que só vota e é votado pessoas cegas e ou com visão reduzida ou pessoas não cegas poderão votar e ser votadas

Foi apresentado ainda outras duas questões que segundo o entendimento do grupo de Cascavel tornaria a entidade mais democrática. O critério da proporcionalidade garantiria que em caso de duas ou mais chapas concorrendo na eleição, todas estariam representadas no Conselho. Ou seja, isto de acordo com a força de cada uma. Por exemplo: a chapa que fizesse trinta por cento dos votos na Assembleia, ficaria com trinta por cento dos cargos no Conselho e assim por diante. Foi apresentado também uma proposta que acabaria com essa estrutura verticalizada e hierarquizada, isto é, pela proposta deixaria de existir a figura do presidente, do vice-presidente e assim por diante. Seria eleito um Conselho que entre si organizar-se-ia distribuindo assim os cargos, os quais poderiam ser indicados e destituídos dentro do próprio Conselho. (a ACADEVI, atualmente vem adotando este modelo) Submetidas a uma votação indicativa as duas proposições foram rejeitadas pelo grupo.

Quanto as outras questões foram mais tranquilas. Só poderá votar e ser votado as pessoas cegas e ou com visão reduzida. Já em relação a

a UPC, será uma entidade de pessoas e não de entidades já constituídas. Em relação a mobilização foi decidido que a ACADEVI seria a responsável por todo o processo de divulgação, inclusive elaborar a proposta de Estatuto, do Manifesto e providenciar a distribuição. O grupo de Curitiba ficou com a responsabilização de providenciar o local para a assembleia. Já em relação a diretoria ficou definido que as pessoas deveriam em seus municípios abrirem esse processo sempre com a preocupação de construir uma chapa de consenso e garantir assim a unidade de ação. É importante ressaltar, porém, que todas essas questões foram discutidas e votadas em caráter indicativo, já que qualquer deliberação caberia somente a Assembleia

devidamente convocada e amplamente divulgada. Ao contrário das duas outras tentativas de se criar a UPC, havia agora uma deliberação de uma reunião ampliada da Comissão e os procedimentos prévios foram adotados: garantindo-se assim a legitimidade do processo.

Prosseguindo no relato histórico, um dado merece de fato um destaque especial. Ao se definir pela criação da entidade e após o Encontro de Cascavel

abrir o processo em torno da futura composição de uma possível direção, se explicitou os interesses que até então estavam por assim dizer camuflados. As discussões que vinham se dando no âmbito do "grande" grupo, fórum legítimo para essas discussões, passaram a se dar entre indivíduos ou pequenos grupos de indivíduos que começaram a se articular na perspectiva de isolar do futuro controle político da UPC os representantes da ACADEVI. Enquanto o grupo de Cascavel se esforçava para encaminhar as deliberações feitas com o objetivo de garantir a realização da assembleia e a fundação da UPC, algumas pessoas da Comissão faziam reuniões em separado para antes mesmo da assembleia escolherem a direção. É evidente que esse tipo de postura apenas agravou as relações que sempre foram tensas entre alguns grupos que, de uma ou de outra forma representavam e defendiam concepções divergentes. Isso estava presente desde o início das discussões conforme já vinha sendo assinalado.

As articulações se davam entre pessoas isoladas e até mesmo entre posições políticas de entidades. Essas discussões envolviam determinados segmentos da cidade de Curitiba, o grupo de Guarapuava, e segmentos de Maringá e de Londrina. Isso atingiu um ponto tal de tensão que, nenhum representante de Curitiba que fazia parte da Comissão organizadora, compareceu na reunião marcada na Biblioteca Pública no dia 28 de maio, véspera da assembleia. A reunião seria para acertar os últimos detalhes para o dia seguinte e se tentar buscar um consenso na composição da diretoria. O não comparecimento apenas confirmava as articulações separadas do fórum legítimo das discussões que era a Comissão e contribuiu para que no dia da assembleia antes mesmo de iniciar os trabalhos o clima já fosse de disputa, o que se confirmou na sequência.

Contudo, o que estava em disputa no decorrer de todo o processo e ali naquele momento, não era apenas o controle político e jurídico da UPC, estava sim de forma implícita um modelo de entidade. Isso ficou mais evidente quando entrou em discussão o critério da proporcionalidade. Os defensores desta posição decidiram

reapresentá-la, pois naquele momento estava sendo definido um caráter de movimento de cegos, que passava inclusive por essa questão central. Uma outra seria a proposta apresentada e rejeitada no Encontro de Cascavel e que os defensores decidiram não a reapresentar: a que acabaria com o modelo verticalizado: presidente, vice-presidente, secretário; e criaria um modelo horizontalizado baseado num sistema de colegiado exercido por coordenadores eleitos no próprio Conselho Deliberativo. Portanto, este foi o primeiro momento ali naquele local em que os 137 presentes na Assembleia realizada no auditório da Secretaria da Administração, dividiram-se, ou aglutinaram-se em torno de duas posições bem distintas. Estavam presentes na Assembleia representantes de praticamente todas as regiões do Estado: Norte, Oeste, Sudoeste, Centro e a região Metropolitana de Curitiba.

Não se pretende aqui reproduzir as defesas apresentadas em relação ao critério da proporcionalidade, mas apenas destacar um fragmento da fala que se posicionou contrário. Se faz questão de destacá-la por que ela vai de encontro a uma preocupação já manifestada, isto é, a dificuldade que as pessoas encontram de conviver com as divergências de ideias. O argumento tinha o seguinte teor: Sou contrário a proporcionalidade porque caso ela seja aprovada nós poderemos ter o presidente de uma chapa e o tesoureiro de outra chapa; se eu fosse o presidente não aceitaria ter um tesoureiro que não fosse de minha confiança. Esse tipo de argumentação revela, a princípio, pelo menos três equívocos, segundo alguns entendimentos: 1- a concepção verticalizada e hierarquizada onde o presidente tudo determina e precisa ter ao seu lado pessoas de sua confiança e obediente aos seus mandos; 2- qualquer dirigente e o cargo que ocupa deve ser da confiança da Assembleia que o elegeu, ou em última instância deve ser da confiança do conjunto dos associados; porém, isso é coisa que parece não ser muito comum na maioria das entidades em discussão, sobretudo, na entidade da qual participa o argumentador contrário a proporcionalidade; 3- já se apontou anteriormente, mas se reafirma as dificuldades que as pessoas encontram na hora de se relacionar com esse tipo de assunto. Se luta para ser aceito na sociedade como diferente (cego), mas muitas vezes se rejeita dentro das próprias entidades aqueles que são diferentes ainda que não seja pelo fato de ser cego, mas sim por ter uma ideia diferente.

Porém, apesar da argumentação a proporcionalidade foi aprovada e faz parte do Estatuto da União Paranaense de Cegos.

Esta dificuldade se explicitou de modo inquestionável quando o grupo contrário a proporcionalidade se viu na eminência de ter que dividir o controle político da UPC com um grupo que, naquele momento, para eles, já se tornará adversários. Houve por parte do grupo uma proposta para se compor uma chapa de consenso. A proposta apresentada foi, após discussão, aceita pelo grupo que defendeu a proporcionalidade. Entretanto, em seguida o grupo que havia feito a proposta recuou e estabeleceu outras exigências, as quais não foram aceitas. Diante disso, o grupo preferiu se afastar do processo do que compor ou participar da eleição, deixando assim toda a responsabilidade para uma chapa composta basicamente por integrantes da região oeste, sudoeste e alguns de Curitiba.

Como conclusão deste episódio se poderia perguntar: quem ganhou com esse resultado? Quem perdeu? Sem nenhuma dúvida se poderia afirmar que ambos perderam. O grupo que se afastou por ter ficado fora do processo durante os dois anos seguintes. O grupo que assumiu por ter que tocar o processo de construção da UPC sozinho, o que se constituiu em mais um desafio. Procurar consolidar uma entidade de âmbito municipal já é um desafio, fazer isto no âmbito de um Estado e ainda com o movimento dividido, foi um esforço redobrado. Assinalar alguns aspectos dos dois anos seguintes após a fundação da UPC, é o que se pretende na continuidade deste artigo.

A existência de uma organização se concretiza em dois planos: o de direito e o de fato. No plano do direito, ou no plano da legalidade, ou da burocracia, a existência de uma entidade depende de algumas etapas. Após a realização da assembleia, da entidade fundada e a diretoria eleita vem o registro de toda a documentação, o que logo foi concluído. No entanto, a parte mais difícil do processo de consolidação de uma organização, dependerá em grande parte da sua consolidação no plano político representativo. Conquistar a legitimidade, se tornar representante de fato, porta voz das reivindicações e das propostas do segmento a que se propõe defender, se torna o principal desafio na estruturação/consolidação político de uma organização. Por outro lado, não basta somente conquistar a legitimidade do grupo a que se propõe defender se não conquistar, ou se fazer respeitar por negociação ou por pressão frente aqueles órgãos públicos ou privados que de alguma maneira desenvolvem programas ou prestam serviços que atendam as necessidades dos cegos/ e ou das pessoas com visão reduzida. Em outras palavras: no caso de uma entidade de cegos como é a UPC que tem um caráter reivindicatório; normalmente ela se faz representar junto aos

poderes constituídos pela sua capacidade de mobilização de suas bases, das ideias/propostas que defenderá e do poder de pressão que exercerá sobre aqueles setores governamentais ou não que desenvolvem programas destinados ao atendimento dos cegos.

Neste sentido, para compreender os encaminhamentos dados pela direção recém eleita, se faz necessário compreender quais eram as condições econômicas, políticas, sociais, históricas durante o período em análise. Apesar dos determinantes desfavoráveis já apontados e outros impostos pela conjuntura adversa emergência de movimentos progressistas e, considerando ainda as históricas dificuldades que este grupo social sempre teve em se organizar, se poderia dizer que alguns passos foram possíveis andar. Merece destaque a produção de um documento feito em conjunto com a Associação Cascavelense de Deficientes Visuais (ACADEVI), no qual são feitas considerações a respeito do atendimento realizado nos Centros de Atendimentos Especializados para Deficientes Visuais (CAEDEV), mantidos pela Secretaria da Educação do Estado. O documento denuncia particularmente a falta do material adaptado, livros em braile e com caracteres ampliados para os alunos da rede educacional.

O documento acompanhado por ofício sub escrito pelas duas entidades foi protocolado na Secretaria da Educação do Estado para: Secretária da Educação, chefia do Departamento da Educação Especial e o presidente do Conselho Estadual da Educação. Após audiência com o promotor, o documento foi protocolado na Promotoria em Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiências do Estado; também, durante uma reunião, o documento foi entregue ao presidente da Comissão de Educação da Assembleia Legislativa do Paraná. Já no município de Cascavel, foi protocolado na Procuradoria da República; além de ser encaminhado para o MEC-Ministério da Educação e para a SEESP-Secretaria da Educação Especial. Quando da entrega do documento na cidade de Curitiba, alguns dirigentes da UPC participaram de uma manifestação promovida pela Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Paraná - APP-Sindicato, reivindicando/em defesa da escola pública, gratuita, laica e de qualidade. Além disso, alguns dirigentes da UPC, estiveram prestando solidariedade a dois dirigentes da APP que estavam em greve de fome, já há longo período.

Ainda no decorrer desses dois anos foram duas audiências com a chefia do Departamento da Educação Especial e uma com a chefia de gabinete da Secretária

da Cultura. Em ambas delas o assunto estava relacionado com os interesses dos cegos, dentro das questões específicas da área no conjunto das atribuições das duas Secretarias. No caso da cultura, a principal reivindicação relaciona-se com a constituição/disponibilização de acervos adaptados nas bibliotecas públicas em polos regionais para atender as necessidades deste segmento. No Departamento, por exemplo, destaca-se a reivindicação por melhorias nos atendimentos nos CAEDEVIs, os quais, além do problema do espaço físico inadequado, não prestam todos os atendimentos necessários.

Merece também, destaque a participação da UPC na Comissão que vem discutindo o projeto: "Educação Inclusiva, Linhas de Ação para o Estado do Paraná." Embora se saiba que este projeto traz consigo princípios liberais e aponta numa perspectiva do Estado se afastar ainda mais das suas responsabilidades, a presença de um representante da UPC nas discussões tem contribuído, sobretudo, para firmar e afirmar a posição dos cegos em relação á inclusão deste segmento na rede comum de ensino. Apesar das dificuldades já denunciadas que os cegos encontram nas escolas públicas e privadas, pelo menos no Estado do Paraná eles estão matriculados na rede comum. Portanto, para uma entidade que se propõe defender os interesses dos cegos, precisa saber se posicionar numa questão como está para não ser usada, ou seduzida nem pelo discurso governamental e nem por setores conservadores do professorado da rede pública e privada. Sem dúvida esse assunto exige dos dirigentes da entidade um conhecimento mais aprofundado sobre as políticas educacionais que estão sendo implementadas no Estado e no País.

Destaca-se ainda que, apesar de ser bastante difícil a realização das reuniões e assembleias, face as dificuldades econômicas que os dirigentes encontram para se deslocar, foi cumprido o calendário segundo as determinações estatutárias. Na verdade, a primeira diretoria conseguiu conduzir o processo até o final com bastante dificuldades, seja do ponto de vista político, seja do ponto de vista organizacional. Mesmo assim os momentos de discussões nas instancias legítimas, se traduziram em momentos privilegiados de formação política para aqueles dirigentes que se mantiveram firme até o final do seu mandato. Mais do que isso, a diretoria foi capaz de compreender que a formação de um movimento se traduz na sua unidade de ação e na sua capacidade de mobilização.

Por sua vez, o grupo que havia ficado de fora quando da fundação, também compreendeu a importância de somar junto no processo de construção e consolidação

da UPC. Nesse sentido, houve, inteligentemente por parte dos atores sociais envolvidos, dois movimentos que convergiram para o mesmo objetivo: sem negar as diferenças políticas e ideológicas existentes entre os indivíduos ou entre alguns grupos, entenderam que a luta pela inclusão social dos cegos deve estar acima de certas questões, que precisam ser consideradas, porém, não devem interferir na luta maior. Portanto, a composição de uma chapa/diretoria de consenso na assembleia eleitoral realizada no dia 12 de junho de 2001 na cidade de Cascavel, quando da realização do IV Seminário de Cegos, representou um avanço em relação à situação anterior. Com o grupo novamente coeso, unificado, será possível pensar e executar algumas ações que apontem na perspectiva de consolidar em definitivo a UPC enquanto uma ferramenta de lutas dos cegos paranaenses.

Retomando o processo desde seu início, se poderia perguntar: mas o que tudo isso resultou em termos práticos? A resposta poderá ser varias, isso dependerá, obviamente, do entendimento de cada um e dos fins que uma organização representa para quem se propõe responder uma questão como esta. Quem pretende uma entidade para prestar ou desenvolver serviços e programas que são, de acordo com a lei atribuição do Estado, certamente dirá: até agora não se fez nada. Porém, há aqueles que entendem que uma organização como a UPC terá como objetivo principal organizar e procurar despertar nos cegos a consciência de que eles são os atores sociais da sua própria história, passos importantes foram dados. A superação da sua condição de excluído e explorado dependerá, é verdade, de inúmeros outros fatores econômicos e sociais, mas dependerá, também, de suas próprias iniciativas. Na linguagem cristã, se poderia dizer que o principal papel da UPC é ser uma espécie de "fermento na massa" que faz crescer a consciência e a vontade dos cegos em lutarem pela sua independência e autonomia, sobretudo, econômica e intelectual. Se esse for, como eu creio que seja o principal papel da UPC, então, ela está no rumo certo. A UPC é atualmente, e será no futuro, o resultado do processo de organização, de mobilização, de articulação e de interlocução com outros movimentos sociais, na perspectiva de uma transformação social profunda: única maneira de superar o atual processo de exclusão a que os cegos e outras minorias sociais estão submetidos. Para isso, seu maior objetivo deverá ser desenvolver um amplo processo de formação dos seus dirigentes e dos dirigentes das demais organizações dos cegos do Estado do Paraná. Um cego conhecedor de sua condição no mundo e da condição das razões

da sua exclusão, é um cego com a consciência "iluminada", única maneira capaz de transpor a "escuridão" da ignorância que cerra seus olhos.

O que eu havia escrito em 2001, encerra-se aqui. Porém, relatando daqui (2009), é importante lembrar que a diretoria eleita em 2001, muito pouco conseguiu avançar, tanto que a entidade acabou dissolvendo-se até o final daquele mandato. Depois disso, durante a realização de outros seminários da ACADEVI, foi feita nova tentativa de retomada da UPC.

No entanto, parecendo as mesmas discussões lá do início deste processo, ou seja, em 1996, no momento da assembleia geral convocada para discutir a retomada da entidade e a eleição de nova diretoria, algumas pessoas cegas que até então vinham participando do processo e concordando com os encaminhamentos, decidiram recuar e melaram a possibilidade de rearticulação, propondo a eleição de uma comissão provisória, em vez da eleição da diretoria. Mesmo derrotado na proposta, o grupo da ACADEVI que vinha defendendo a retomada da UPC, procurou prestar o seu apoio para que a comissão provisória cumprisse com as suas finalidades, mas nada disso aconteceu e a ideia caiu no esquecimento.

Hoje, com a realização do VIII seminário de cegos da ACADEVI, existe novamente a possibilidade desta questão ser recolocada em discussão. Talvez este relato procurando mostrar os caminhos e os descaminhos deste processo, possa contribuir com as reflexões em torno da possibilidade de rearticulação, se não exatamente da UPC, quem sabe daquele processo inicial com a realização de pequenas reuniões regionais. Quem sabe seja necessário retornar lá no início, percorrer novamente o caminho e procurar nesta nova caminhada coletiva construir as condições políticas necessárias que permitam num futuro próximo o surgimento de uma entidade efetivamente forte e comprometida com os interesses das pessoas cegas da classe trabalhadora.

PARTE 3

PROPOSTAS DA UPC PARA SER APRESENTADA AOS CANDIDATOS A GOVERNADORES DO ESTADO DO PARANÁ.

Todo o processo eleitoral costuma mobilizar a sociedade que, através dos seus mais diversos tipos de setores ou categorias profissionais organizadas em suas entidades representativas, para defenderem os seus interesses coletivos, formulam propostas para serem apresentadas aos candidatos em todos os níveis em que estão concorrendo. O Estado -- poder executivo, legislativo e judiciário, não é uma instituição neutra que está a serviço do bem comum, pelo menos não é isso que se tem visto nos seus pouco mais de trezentos anos de existência do Estado moderno. Os homens e mulheres que disputam os cargos políticos (presidente da república, governadores, deputados federais e estaduais, senadores, prefeitos e vereadores), são na verdade representantes de grupos sociais que, de uma ou de outra maneira representam projetos alicerçados em interesses econômicos, políticos e sociais: alguns mais voltados para os interesses populares e outros mais (ou bem) voltados para os interesses de grupos econômicos.

Portanto, partindo-se desta compreensão é fundamental que todos os segmentos organizados participem apresentando as suas propostas para os futuros governantes do Estado. Essa participação torna-se ainda mais importante quando se trata de uma entidade representativa de um segmento social tão marginalizado e historicamente excluído como sempre foi e ainda continua sendo o grupo dos cegos e das pessoas com deficiência visual. Nesse sentido, a UPC, como entidade que vem procurando legitimar-se no contexto estadual como defensora dos direitos desta comunidade, não poderá deixar de se apresentar e apresentar as suas reivindicações.

A UPC entende que, apesar de todo o discurso em favor da inclusão social das pessoas com deficiência, pouco se tem feito na prática em torno do assunto. O que se tem notado é um afastamento cada vez maior do Estado naquilo que é básico em termos de políticas e serviços com fins de atender os diversos tipos de necessidades não apenas das pessoas com deficiência visual. Esse afastamento intencional produz duas situações: as pessoas ficam sem o atendimento e sem os recursos materiais e didáticos necessários para a sua inclusão de fato, os quais são por força de lei de

responsabilidade do Estado, aqui compreendido em todos os níveis e esferas; e, ou então, saem da condição de cidadãs possuidoras de direitos e tornam-se, como sempre foi na história, meros objetos merecedores das compaixões, nos dizeres da concepção mercadológica da miséria, tornam-se clientes das ações filantrópicas, inclusive daqueles grupos econômicos que apropriam-se do Estado, carreando para os seus cofres justamente os recursos financeiros tão necessários para as políticas públicas sociais.

Assim, propõe-se:

- O Estado, aqui entendido nas suas três esferas de poder: executivo, legislativo e judiciário, deverá adotar, de curto a médio prazo, em todos os setores da administração pública estadual, uma política ofensiva e propositiva bem definida, com destinação orçamentaria suficiente para implantar os programas e serviços ainda tão distante das reais necessidades das pessoas com deficiência, sem os quais o discurso da inclusão torna-se desprovido de um conteúdo concreto, constituindo-se, então, no momento pelos atuais governantes apenas enquanto retórica desvairada. Nesta perspectiva, o Estado precisa assumir as suas responsabilidades com as políticas sociais fundamentais, deixando de transferi-las para o dito terceiro setor (leia-se, uma filantropia mais sofisticada) que, nada mais é do que a omissão do Estado em relação as suas verdadeiras atribuições: devolver para a população em forma de serviços e equipamentos públicos de uso coletivo aquilo que arrecada da sociedade através dos impostos.

- Constituição de uma Assessoria ligada diretamente ao gabinete do governador, com a finalidade de subsidiar com informações e, articular no âmbito de toda a administração estadual a implantação de políticas públicas para atender as necessidades das pessoas com deficiência.

- Através de um amplo e democrático processo de discussão que envolva todos os segmentos de todas as áreas das deficiências, definir a implantação da CORD - Coordenadoria Estadual e do Conselho Estadual da Pessoa com Deficiência, já criado por Lei estadual, definindo as suas atribuições e competências na definição e implementação das políticas voltadas para o atendimento das necessidades das pessoas com deficiência.

- No âmbito da educação, manter o Departamento da Educação Especial, não com função meramente burocrático administrativo como se tornou nos últimos anos, e sim, enquanto articulador e coordenador de uma política pedagógica comprometida com as reais necessidades específicas de cada uma das áreas das deficiências, viabilizando todos os recursos técnicos/pedagógicos e humanos para uma verdadeira inclusão escolar.

- Que a chefia do Departamento, antes de ser indicado passe por um processo de discussão envolvendo todas as entidades representativas de todas as áreas das deficiências existentes no Estado, e que o critério primeiro para a sua indicação seja a formação pedagógica e não a gerência administrativa: isso considerando que o sistema educacional não é uma empresa geradora de lucros.

- Que na equipe da área da deficiência visual do Departamento, assim como nas demais, faça parte uma pessoa cega com formação acadêmica conforme as exigências da função, seja do quadro efetivo da Secretaria ou contratada para auxiliar na elaboração e implementação da política educacional para as pessoas com deficiência visual.

- Que sejam mantidos os CAEDEVIS--Centros de Atendimento Especializados para Deficientes Visuais, enquanto Centro de habilitação e reabilitação, reeducação visual, estimulação precoce..., apoio escolar para todos os níveis do processo educacional, com os devidos profissionais especializados para atender as necessidades do alunado com deficiência visual.

- Construção, ampliação e reforma dos CAEDEVIS que, normalmente funcionam em locais com espaços físicos totalmente inadequados para as atividades educacionais, em certos casos funcionam em verdadeiros cantos escuros e mau arejados.

- Equipar os Centros com materiais didáticos atualizados, bengalas, máquinas de escrever em braile..., computadores com sintetizadores de voz e outros recursos

de modo a permitir por parte dos alunos com deficiência visual o acesso a tecnologias que lhes possibilite inserir-se na sociedade.

- Rever o tempo de aula para cada aluno que é de apenas quarenta minutos e a exigência do número mínimo de alunos (dez) para a autorização da abertura do programa, pois nas atuais condições pessoas com deficiência visual estão sendo prejudicadas.

- Realização de seminários, plenárias, simpósios e reuniões regionalizadas envolvendo as pessoas com deficiência visual, os familiares, profissionais da área para discutir o acesso e as condições de permanência dos alunos com deficiência visual na rede comum de ensino.

- Definir e implementar de modo regionalizado cursos de braile, sorobã, informática, orientação e mobilidade, reeducação visual, estimulação precoce..., para os professores especializados e aqueles que atuam na rede de ensino com alunado com deficiência visual, enfatizando que este alunado sempre estudou na escola comum e que, portanto, deverá continuar, mesmo com todas as dificuldades enfrentadas por causa da falta dos recursos necessários.

- Destinação de recursos financeiros para a aquisição de equipamentos técnicos necessários para potencializar os CAP--Centro de Apoio Pedagógico (Curitiba e Maringá) e as Centrais (Cascavel, Francisco Beltrão e Londrina) de produção de materiais adaptados (livros em braile e livros com caracteres ampliados) que funcionam no Estado. Contratação e lotação nos próprios centros de funcionários para poder dar conta de produzir os materiais em quantidade e com a qualidade necessária para que os alunos com deficiência visual possam fazer frente as limitações decorrentes da deficiência e apropriarem-se dos conhecimentos científicos transmitidos pela escola.

- Toda a produção do material (livros) digitalizado nos CAPS e na Centrais, deverão ser disponibilizados através de um sistema de comunicação (internet), organizados num site para tal finalidade, de modo a permitir o livre acesso dos interessados, evitando-se inclusive o trabalho de digitação de livros que já se

encontram prontos em outros centros. Para tal, a Secretaria da Educação, através do Departamento--área da deficiência visual, poderá firmar um convênio com a Secretaria da Cultura--Biblioteca Pública--seção Braille que já possui e disponibiliza na internet um acervo de livros digitalizados. Este convênio poderá ser ampliado com as universidades intranet Paraná e formar um grande banco, um grande acervo disponibilizado numa rede acessível e disponível não apenas para as pessoas com deficiência visual do Estado do Paraná.

- A Secretaria de Cultura, deverá definir de forma claro e objetivo, uma política de cultura para as pessoas com deficiência, com destinação orçamentária para financiar os programas e serviços que ainda são praticamente inexistentes a nível de Estado. Essa discussão deverá envolver todas as entidades de ou para pessoas com deficiência com representativa em todo o Estado, as quais tem sido quase que exclusivamente as únicas a desenvolver algumas atividades culturais, já que a Secretaria de Cultura do Estado, tem se limitado a desenvolver apenas uma cultura elitizada.

- Ainda na Secretaria de Cultura, na área da deficiência visual, a cultura deverá destinar recursos financeiros e humanos para potencializar a Seção Braille da Biblioteca Pública, a qual deverá intensificar os esforços no sentido de constituir acervos adaptados (livros em braile, gravados em fitas cassetes e digitalizados) nas bibliotecas polos regionais, formando assim uma rede de bibliotecas com tais acervos, facilitando às pessoas com deficiência visual o acesso à cultura que encontra-se registrada nos livros de todas as naturezas.

- Na área do trabalho, definir de forma clara e objetiva, uma política de qualificação profissional, com recursos financeiros do FAU--Fundo de Amparo ao Trabalhador e complementados com recursos do orçamento do Estado. Essa política deverá passar antes de sua definição e execução, por um amplo processo de discussão entre todos os órgãos governamentais ou não, e as entidades representativas dos cegos em todo o Estado, pois tal política deverá levar em conta as características socio econômico regionais.

- Que o Estado, em todos os setores da administração, ao abrir concurso público, respeite a reserva de vagas previstas no Decreto Federal 3298/99 e na Lei Federal 8213/91, também previsto na legislação estadual. Destaca-se que, mesmo previsto em lei, atualmente as pessoas com deficiência vêm enfrentando sérios problemas, pois muitos órgãos ao abrirem o concurso não respeitam a lei, obrigando em muitos casos ações na justiça por parte das pessoas com deficiência para fazer garantir os seus direitos.

- Que o Estado, através de iniciativa do poder executivo e legislativo, faça uma ação ofensiva no sentido de implantar no Estado o passe livre intermunicipal, a exemplo do passe livre nacional.

- Que o Estado, através de lei crie o banco/programa de incentivo á aquisição de equipamentos indispensáveis para o trabalho, estudo ou locomoção (computadores, cadeiras de rodas etc.) para as pessoas com deficiência, prevendo a destinação de recursos financeiros do orçamento do Estado.

À noite foi realizada a primeira reunião do Conselho Deliberativo da UPC - União Paranaense de Cegos, fundada no dia 29 de maio de 1999, em Curitiba, com a presença de 137 pessoas cegas e com visão reduzida, representando todas as regiões do Paraná. Nesta reunião as propostas do III Seminário foram transformadas em deliberações e farão parte do plano de ação da UPC.

Para as associações de Cegos:

a) Desenvolvimento de ações que consolidem a UPC como representante dos cegos do Paraná, sendo a interlocutora com os órgãos públicos;

b) Realização de encontros com as associações, empresas privadas e o governo;

c) Realização de campanhas de informação à sociedade em geral, não só em relação ao que é a deficiência visual, mas como conviver com ela e como prevenir as condições que levem à cegueira e à deficiência visual. Começar o processo de informação com as crianças para que se tente evitar adultos preconceituosos e indiferentes;

d) Atuação das associações junto às escolas para a aceitação e a inclusão de alunos com deficiência visual no ensino comum;

e) As associações devem se colocar a frente das lutas que procuram viabilizar, tanto nas instituições públicas quanto nas privadas, a inclusão dos cegos no mercado de trabalho e no âmbito educacional;

f) A família deve ser o primeiro ponto de apoio da pessoa com deficiência, no sentido de estimulá-la e inseri-la no contexto social (escola / trabalho);

g) As associações devem fazer um trabalho de divulgação de suas ações a fim de ampliar a sua atuação na comunidade e nas instituições, bem como na família;

h) Realização de ações no sentido de conscientizar que as pessoas com deficiência visual precisam de apoio e oportunidade para expressar as suas capacidades como pessoas que querem se realizar na escola, trabalho, etc.

i) Difusão, através das associações, que as limitações estão na cabeça das próprias pessoas cegas ou com visão reduzida, no seio familiar ou na sociedade, e que devem romper estas barreiras para poderem se desenvolver e crescer como pessoas;

j) Divulgação constante das Associações, através da mídia, para fortalecer as suas ações na sociedade;

k) As associações devem lutar para a criação de condições para pessoas com deficiência visual qualificarem-se e atualizarem-se em suas atividades profissionais;

l) Exigência de que os editais de concursos sejam publicados em Braille e disponibilizados para pessoas cegas;

m) Definição de apenas uma terminologia para a pessoa com deficiência, no nosso caso, pessoa com deficiência visual ou cega;

n) Divulgar a nível Estadual o que vem acontecendo no Paraná com respeito aos eventos realizados e que são voltados para as pessoas cegas;

o) Maior divulgação sobre os locais de atendimento aos cegos;

p) Promoção, por parte do Poder Público, de visitas às residências das pessoas com deficiência visual, por assistentes sociais e psicólogos, para atuação junto às famílias, visando contribuir no processo de inclusão social das pessoas cegas;

q) Lutar para que uma pessoa com deficiência nos represente, fazendo parte da equipe técnica do Departamento de Educação Especial da SEED-PR;

r) Que as pessoas cegas intensifiquem sua participação em suas associações para obter através delas o acesso a editais públicos e outras informações significativas;

s) Articulação junto à Secretaria de Cultura para a viabilização do projeto "Rede de Bibliotecas Braille no Paraná";

t) Caracterização dos cegos do Paraná através de um grande censo.

Relativas ao Trabalho e Profissionalização:

a) Criação de um banco de sucessos com as profissões já exercidas por pessoas cegas e/ou com visão reduzida, incluindo a trajetória de cada uma;

b) Criação de comissão representativa e permanente envolvendo todas as instituições de e para pessoas com deficiência e as demais instituições que trabalham com a formação profissional;

c) Promoção de eventos que demonstrem como a pessoa com deficiência visual pode chegar ao mercado de trabalho, iniciando por palestras nas escolas, onde alguns dos palestrantes sejam pessoas cegas, ampliando para as comunidades, a própria família, através dos meios de comunicação (rádio / TV), seminários, congressos, campanhas;

d) Divulgação e estímulo às inscrições das pessoas com deficiência visual nos concursos, exigindo as condições adequadas para a realização das provas (requerer no ato das inscrições estas condições);

e) Não aceitação de qualquer tipo de catalogação de profissões do Ministério do Trabalho, já que não houve consulta às pessoas cegas com relação às atividades que poderiam e gostariam de realizar;

f) Que os recursos do FAT, destinados à qualificação profissional, contemplem cada área de pessoas com deficiência, sendo revistos os atuais critérios de partilha;

g) Busca de recursos e orientações na SERT - Secretaria do Emprego e Relações de Trabalho e outros órgãos que possam apoiar as pessoas cegas que desejam abrir micro empresas / cooperativas de serviços;

h) Levantamento de dados por região (opções/mercado de trabalho) e estabelecimento de programas de qualificação e atualização para as pessoas cegas e com visão reduzida;

i) Preparação dos cegos para o mercado de trabalho com cursos profissionalizantes (SENAI, SENAC);

j) Definição de uma política de formação profissional, onde o indivíduo não seja treinado para exercer uma função no mercado de trabalho, mas sim que lhe propicie a aquisição dos conhecimentos produzidos ao longo da história da humanidade para que o mesmo possa não somente trabalhar, mas também compreender, posicionar-se e lutar para transformar a realidade na qual ele está inserido;

k) Criação de linha de crédito na SERT, com juros subsidiados, para que pessoas cegas possam adquirir equipamentos de uso pessoal;

l) Ampliação do campo de trabalho para pessoas com deficiência, através de novas alternativas de prestação de serviços, como por exemplo, via telefônica;

m) As associações devem promover e incentivar a constituição de cooperativas mistas (DV e outros trabalhadores) a fim de buscar maior competitividade no mercado de trabalho.

Quanto à Educação:

a) Exigência de uma educação pública, gratuita e de qualidade, em todos os níveis (Ensino Fundamental, Médio - regular e supletivo- e superior);

b) Capacitação para professores (em todos os níveis escolares) para atendimento educacional ao aluno com deficiência visual;

c) Dotação de equipamentos para ampliação de imagens (vsn) nas salas de recurso;

d) Oferta frequente de cursos de capacitação sobre Sistema Braille, OM (Orientação e Mobilidade), AVD (Atividades da Vida Diária) a estudantes dos Cursos de Formação de Professores em nível superior e ensino médio;

f) Informação à comunidade sobre as escolas especializadas em atender alunos com deficiência visual;

g) As associações devem lutar para o apoio e a orientação de professores itinerantes para o atendimento de professores e alunos com deficiência visual do ensino regular;

h) Levantamento de dados com relação aos alunos com deficiência visual, junto às SEEDs, a fim de facilitar e encaminhar professores especializados no atendimento aos professores e alunos das escolas comuns;

i) Os professores dos CAEDEVIs devem agir em conjunto com a sociedade e outros profissionais (assistentes sociais, psicólogos, pedagogos, etc.);

j) Os CAEDEVIs não devem estar apenas trabalhando com a pessoa cega, mas também com a família, orientando-a sobre as melhores formas de trabalhar com o indivíduo cego;

k) Criação de um banco de equipamentos no DEE/SEED para uso de pessoas cegas por empréstimo;

l) Ao DEE / SEED: maior e melhor qualificação da equipe pedagógica, particularmente na área da deficiência visual;

m) Assistência técnica aos equipamentos das centrais de produção e da imprensa Braille da ADEVIPAR, pela SEED / DEE;

n) Estabelecimento de convênio entre os centros de confecção de material em Braille e as entidades que têm impressora Braille e que produzem material didático-pedagógico e informativos em geral;

o) Revisão dos critérios de organização da carga horária dos CAEDEVIs, de forma a possibilitar a educação integral das pessoas cegas através dos diversos

programas: Braille e Sorobã, apoio à escolaridade, AVD, OM; que prevaleçam os critérios pedagógicos sobre os administrativos;

p) Equipar os CAEDEVs com microcomputadores e implantar o DOSVOX para utilização pelos alunos;

q) Garantia, pelo DEE/SEED, da realização efetiva dos programas de OM e AVD nos CAEDEVs, conforme consta na Deliberação 020/86 - CEEIPR.

Quanto ao Material Adaptado:

a) Ampliação da confecção de material de leitura para as pessoas com visão reduzida, a fim de atender as suas necessidades escolares (ensino fundamental / médio / supletivo / superior);

b) Promoção do acesso das pessoas cegas às produções bibliográficas reproduzidas no sistema Braille, fitas k7, escrita ampliada em tinta e dispositivos eletrônicos, para que as mesmas possam apropriar-se dos conhecimentos historicamente produzidos pelo homem, que sirvam para a sua formação em todos os momentos de sua vida, não apenas no trabalho ou na escola;

c) Constituir uma central de produção de material através das associações (buscar através de convênios com Secretarias e Prefeituras);

d) Cobrar das associações um melhor acompanhamento dos alunos matriculados nas escolas públicas e privadas;

e) Conscientização das editoras da necessidade de providenciarem a confecção de material que possibilite a impressão no sistema Braille;

f) Que a proposta anterior seja encaminhada ao MEC;

g) Solicitar às editoras material em CDs;

h) Que o Conselho Estadual de Assistência Social encaminhe uma forma de viabilizar aos profissionais cegos ou com visão reduzida material adaptado para o exercício de sua profissão;

i) Lutar por lei que obrigue as editoras a viabilizar o acesso às publicações em dispositivos eletrônicos, para que as mesmas possam ser transcritas no sistema Braille;

j) Legalização das centrais de produção de material adaptado para as pessoas com deficiência visual (DEE).

Quanto ao Ensino Superior:

a) Formação de um fórum com pessoas cegas, visão reduzida e outras, envolvidas com o ensino superior, a fim de discutir e articular as lutas dessas pessoas para viabilizar o seu ingresso e permanência neste nível de ensino, tanto como aluno, quanto como professor;

b) Que as instituições de ensino superior qualifiquem em Orientação e Mobilidade, funcionários efetivos de seu quadro para apoiar pessoas cegas, sejam acadêmicos ou outros cegos, quando da realização de eventos;

c) Criação, nas universidades, de centrais de confecção de materiais de leitura adaptados às necessidades das pessoas cegas;